

Escândalo do grampo expõe falhas nos processos de privatização

O "escândalo do grampo", que resultou na demissão de seis importantes figuras do governo federal, entre elas o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, e o presidente do BNDES, André Lara Rezende, deve ser analisado em dois aspectos.

O primeiro deles é o conteúdo das fitas, que precisa ser investigado, na opinião dos partidos de oposição. "É preciso que se instaure uma CPI no Congresso, tanto para fazer o debate ideológico sobre as privatizações, quanto para investigar o comportamento do governo nesses processos", disse José Dirceu, presidente nacional do PT.

Mas, além do conteúdo, é preciso também condenar a prática do grampo em si, que se constitui em crime. "Quem grampeou fez uma coisa grave. Não podemos ligar só para o conteúdo, porque amanhã os grampeados podemos ser nós. Temos que condenar a prática do grampo", afirmou Luiz Inácio Lula da Silva, presidente de honra do PT.

Relação duvidosa

Para Eduardo Suplicy, líder do PT no Senado, a CPI da privatização da Telebrás é "mais do que necessária". Ele afirmou que o grupo La Fonte, presidido por Carlos Jereissati, integra o consórcio que comprou a Tele Norte Leste e fez uma das dez maiores doações para a campanha de Fernando Henrique Cardoso. Já Mendonça de Barros insinuou que Jereissati seria um dos responsáveis pelo grampo nas conversas telefônicas sobre a privatização da empresa, na sede do BNDES.

"Essa coincidência reforça a necessidade da CPI para investigar o que aconteceu com o processo de privatização da Telebrás e apurar quem foi o autor do grampo no BNDES", afirmou Suplicy.

Sobre a doação da empresa para a campanha de FHC, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) declarou ser "estranho que o presidente Fernando Henrique tenha aceito contribuição de uma empresa chamada de 'telegangue' e 'rataiada' por Mendonça de Barros".

CPI difícil

As demissões dos membros do governo dificultaram a instalação da CPI. Mas os partidos de oposição continuam lutando para conseguí-la. "Essas demissões deram aos governistas um poderoso alibi para não apoiar a CPI. Muitos vão recuar porque o ministro foi demitido", disse Marcelo Déda, líder do PT na Câmara.

Entretanto, Déda considera a CPI fundamental para esclarecer as dúvidas que pairam sobre as privatizações. "Não é entregando a cabeça do ministro que se afastam as suspeitas sobre o processo", afirmou.

O deputado José Genoíno (PT-SP) concorda com Déda, que a instalação da CPI está mais difícil. "Será uma batalha dura, mas a luta vai continuar porque existem ilegalidades. O ministro agiu para direcionar a privatização", disse ele.

Para se instalar uma CPI são necessárias 171 assinaturas na Câmara e 27 no Senado.

Público versus privado

Roberto Parizotti



Para Tarso Genro, Mendonça violou a Constituição e cometeu crime

O caso do grampo no governo trouxe à tona um antigo debate: o público e o privado. Aquele que exerce um cargo público, tendo acesso a importantes informações sigilosas, pode deixar o governo e assumir um emprego em uma empresa privada? Não irá se beneficiar das informações obtidas no exercício de sua função pública?

Nesse sentido, já está no Congres-

so um projeto que prevê a chamada "quarentena", ou seja, um período no qual o ex-funcionário público não poderia empregar-se na iniciativa privada.

Segundo Tarso Genro, coordenador do Conselho Político da União do Povo-Muda Brasil, "uma das conquistas da revolução da modernidade é a separação entre o público e o privado". Para ele, o modelo democrático implica criação de um sujeito político-

administrativo chamado agente público.

"Esse sujeito não age segundo a sua vontade, quando lida com bens públicos. Ele representa o interesse público. Por isso, está subordinado ao princípio da impessoalidade", afirma Tarso.

Assim, ele acredita que Mendonça de Barros se comportou, no processo de privatização das Telecomunicações, como um "vendedor privado", já que interferiu na vontade dos potenciais compradores, segundo sua visão pessoal.

"Mendonça violou a Constituição e cometeu crime. Veiculou, com sua postura, aquilo que caracteriza essencialmente o projeto neoliberal, que é o fato de que o interesse privado começa a controlar o Estado", diz Tarso.

Para o coordenador, o que aconteceu no Brasil foi mais ou menos o que ocorreu nos outros países que fizeram reformas neoliberais. "O processo de venda dos bens públicos já aciona os interesses privados como superiores aos interesses públicos", afirma ele.

Bem que Luiz Inácio avisou na campanha eleitoral

Jorge Mariano



Lula: temos que condenar a prática do grampo porque amanhã os grampeados podemos ser nós

Ainda em junho, quando Lula comentou que achava estranho a pressa em privatizar a Telebrás justamente às vésperas das eleições, grande parte da mídia reagiu violentamente em defesa do governo.

Hoje, a divulgação das famosas fitas de gravações telefônicas do BNDES e a atuação da ONG Brasil 2000 deixam claro que a pista dada por Lula, se explorada por um jornalista sério e investigativo, poderia ter ajudado a evitar mais esse escândalo nacional.

O que os grampos gravaram ilegalmente, o ex-ministro das Comunicações, Mendonça de Barros, confirmou no seu depoimento ao Senado: os membros do governo responsáveis pelo processo de privatização atuaram na "fabricação" de consórcios e procuraram beneficiar grupos de amigos, inclusive com a divulgação de informações falsas.

Um empresário que presta serviços ao banco Opportunity criou a ONG Brasil 2000 por

sugestão e estímulo do então ministro das Comunicações. O objetivo era obter recursos para uma campanha publicitária em defesa da privatização.

Financiado por fornecedores e concessionários de empresas de telecomunicações, o esquema de Mendonça derramou cerca R\$ 2,8 milhões em publicidade a favor das posições do governo, num período em que este estava proibido de fazer propaganda pela legislação eleitoral.

A agência publicitária contratada pela ONG para realizar a campanha foi nada mais nada menos que a DM9 - a mesma que fez a campanha de FHC na eleição presidencial.

Hebe Camargo, Ratinho, Ana Maria Braga, além de 59 radialistas de todo o país, foram contemplados com recursos para defender em seus programas a privatização da Telebrás. Segundo os responsáveis pela ONG, o que se fazia era o combate ideológico.

Vale a pergunta feita pelo

jornalista Elio Gaspari: por que fizeram "merchandising" no programa do Ratinho? "Como é que o Ratinho pode defender a ideologia da privatização? Com o cassetete?"

Os maiores doadores para a campanha publicitária são empresas telefônicas privatizadas (inclusive a Tele Norte Leste, abocanhada pelo grupo Telemar, e a Tele Centro Sul, que ficou com o Opportunity). Os outros são empresas que produzem equipamentos de infra-estrutura de telefonia e de cabos telefônicos.

A campanha publicitária foi ao ar sem que a ONG tivesse conseguido uma única doação. O dinheiro foi recebido depois do dia 29 de julho, data da privatização da Telebrás.

Para completar, a divulgação, pelo Tribunal Superior Eleitoral, da relação dos doadores da campanha, demonstra que as empresas que participaram do consórcio Telemar (a "Telegangue", segundo Mendonça de Barros) são as maiores financiadoras de FHC.

Esses episódios só reforçam a certeza de que o governo FHC é fiel herdeiro das tradições oligárquicas no Brasil, que insistem em ignorar as fronteiras entre o público e o privado.

Em tempo: Lula está sendo processado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso pela declaração que deu em junho.

Já estamos com saudades Julinho de Grammont

Roberto Parizotti



Nesta campanha eleitoral de 1998 tive a alegria de conviver intensamente com o companheiro Júlio de Grammont, o nosso Julinho, dividindo com ele as grandes emoções dos comícios, das caminhadas, das viagens, do corpo a corpo, esse contato direto com um Brasil que pouca gente conhece como nós.

Só na hora de dormir ele seguia para o apartamento que dividia com Zé Graziano, sempre insistindo sobre a importância do contato com a imprensa que aconteceria às 7 da

manhã seguinte, ou até antes.

Julinho, que conheci há vinte anos como um dos muitos companheiros que haviam passado pelo Presídio Tiradentes e pelas torturas do DOI-CODI, sempre me impressionou pelo alto astral, pelo otimismo, pela lealdade e pelo invariável espírito solidário e compromisso com os trabalhadores.

Quantos jornalistas, entre os experientes e capacitados como ele, passou tanto tempo sem sentir saudade dos holofotes e dos salários mais altos que os grandes veículos podem oferecer?

Julinho, quando não estava trabalhando com os metalúrgicos do ABC, estava na prefeitura petista de Diadema, estava em algum elo da CUT ou outra trincheira de nossa luta para mudar este país.

Conversamos muito, nestes meses, sobre o quanto a experiência da campanha estava alargando seus horizontes para realidades novas, difíceis, de contrastes fortes e, sobretudo, realidades diferentes da que ele conhecia tão de dentro, no ABC.

Começou a elaborar planos novos, desafios mais amplos, consoli-

dação merecida da trajetória de alguém que colocou toda a sua vida a serviço desse sonho que é o projeto de construção.

Construtor, deixou em Peruíbe e no Riacho Grande pequenas provas arquitetônicas de sua comunhão com a natureza.

Natureza que celebrou também no nome dos filhos: Lua, Ana Terra e Júlio Sol.

Em nossas mãos e em nossas mentes, retemos dele uma infinidade de textos, artigos, matérias, reportagens, um tesouro de palavras sempre articuladas com um sentido de militância e confiança na vitória.

Em nossas conversas estaremos sempre recordando suas risadas, gargalhadas, um folclore sindical e político que ele semeou e propagou como poucos. Lembrança alegre e forte, que ninguém apagará.

Em nossa ação e em nosso coração guardaremos, junto com sua companheira Denise, parentes, amigos queridos, a disposição de completar seu trabalho, levando adiante o entusiasmo que Julinho sempre irradiou.

Luiz Inácio Lula da Silva

Brasil perde Maurício Tragtenberg



O sociólogo e professor Maurício Tragtenberg, de 69 anos, morreu no último dia 17 de novembro, em São Paulo. Uma grande perda para todos os brasileiros.

Tragtenberg era professor titular da PUC e professor aposentado da Fundação Getúlio Vargas e da Unicamp. Autodidata, não terminou nem sequer o curso primário, estudando diariamente na Biblioteca Mário de Andrade. Era dono de uma grande biblioteca, com cerca de 20 mil livros, nos mais variados idiomas.

Para ser aceito pela Faculdade de História da Universidade de São Paulo, escreveu o livro "Planificação: Um Desafio do Século 20", em 1956. O prefácio foi de Antonio Candido. Na USP, Tragtenberg seguiu carreira acadêmica. Uma de suas principais obras é "Burocracia e Ideologia".

Tragtenberg estava com câncer e sofria de diabetes. Sofreu uma parada cardiorrespiratória no Hospital Sirio Libanês, onde estava internado na Unidade de Terapia Intensiva.

RECADADO

Oposição, mobilização e luta para 99



José Dirceu

mara dos Deputados. O governo continua em seu rumo. Ou seja, levando o país em direção a uma crise sem precedentes na sua história. A indignação da nossa deputada deve servir de exemplo para todos nós.

Este é um governo que pela quarta vez bloqueia uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Vamos lembrar: pasta cor-de-rosa, o escândalo do Sivam - aliás, também com grampos telefônicos -, a compra de votos na aprovação da reeleição do presidente Fernando Henrique e, agora, essa vergonhosa privatização das telecomunicações.

Na realidade, mais do que uma Comissão Parlamentar de Inquérito, o país precisa de uma mudança radical no modelo econômico. Mas o governo, ao que tudo indica, não

só vai se manter insensível às críticas, às denúncias e às pressões, como pretende radicalizar.

O ajuste fiscal e a aprovação definitiva da reforma da Previdência apontam para a privatização da Previdência, Petrobrás e Banco do Brasil. Não há outro caminho para esse governo.

Na lógica de se fazer ajustes para manter a política cambial e pagar os juros das dívidas interna e externa, eles acabarão por privatizar tudo.

O desemprego vai aumentando, ainda que de maneira entre patética e ridícula o governo comemore a queda das taxas em outubro e o presidente fale que o país é uma "caixa de pandora".

A verdade é que a crise social vem aí e que o país corre o risco de ter seu parque produtivo desestruturado. A nós cabe conti-

nuar lutando pela CPI, como vêm fazendo as nossas bancadas; manter a articulação do Fórum de Entidades Democráticas e Populares, que fará sua primeira manifestação no dia 10 de dezembro, no Rio de Janeiro, e caminha para realizar o segundo encontro de entidades democráticas e populares do Fórum por Terra, Trabalho e Cidadania; manter a frente das esquerdas e o bloco de governadores de oposição.

Mas mesmo assim ainda nos resta uma grande questão: sem uma enorme mobilização popular, um movimento político nacional de oposição e sem um programa alternativo não iremos criar uma nova situação política no país.

Estamos chegando ao final do ano. É hora de refletirmos sobre 1999. Que no próximo ano tenhamos uma oposição popular e um movimento político nacional de oposição a Fernando Henrique Cardoso e ao neoliberalismo.

José Dirceu
Presidente nacional do PT

O governo continua levando o país a uma crise sem precedentes

ARTIGO

Pesquisas eleitorais: erro e regulamentação jurídica

No balanço sobre o desempenho das pesquisas eleitorais deste ano, relativas às eleições a cargos majoritários (presidente e governadores), deve-se distinguir duas questões: os resultados das pesquisas de boca-de-urna e o uso dos resultados das pesquisas de intenção de voto, realizadas ao longo das campanhas, por parte dos meios de comunicação.

Em relação aos levantamentos de boca-de-urna do 1º turno - cuja divulgação, em contraste com as urnas, desencadeou a polémica em curso -, considerando-se a eleição presidencial e os principais candidatos em 10 unidades da Federação em que tanto o Ibope quanto o Datafolha acompanharam as disputas, havia 36 resultados em questão.

Segundo as margens de erro assumidas pelos próprios institutos, ambos tiveram níveis de acerto bastante inferiores aos de eleições passadas: o Datafolha, que em 1994 acertara 94,4% dos resultados de boca-de-urna dentro das margens de erro, este ano acertou apenas 63,9% (23 de 36), e o Ibope apenas 61,1% (22 de 36).

Em quase todos os Estados em que foram feitas, as bocas-de-urna erraram o percentual de um ou até de três principais candidatos aos governos estaduais: São Paulo (Vox Populi, Ibope e Datafolha), Distrito Federal e Rio Grande do Sul (Ibope), Minas Gerais (Datafolha e Vox Populi), Rio de Janeiro e Ceará (Datafolha e Ibope), Bahia e Paraná (Datafolha).

Pior, os três institutos erraram também a disputa presidencial, superestimando a taxa de Fernando Henrique Cardoso para além do erro amostral previsto.

Erro ou manipulação? Mesmo sob uma ótica persecutória (da qual não compartilho, mas que muitos respaldam na evidência de que a maior parte dos erros subestimou as taxas dos candidatos do PT ou superestimou a de seus adversários), há de se admitir que aos institutos não interessa errar na boca-de-urna: divulgadas depois de fechada a maioria das seções eleitorais e sendo, a rigor, as únicas pesquisas que são efetivamente checadas pelas urnas, é sobretudo nelas que coloca-se em jogo a credibilidade dos institutos e sua possibilidade de sobrevivência futura.

A principal hipótese para tantos erros (a ser verificada com análises mais acuradas) recai sobre a "novidade" da urna eletrônica: ao contrário do voto na cédula, utilizado tanto nas pesquisas de intenção de voto que antecedem o pleito como nas de boca-de-urna, o voto eletrônico não oferece a lista dos concorrentes, pressupondo que o eleitor saiba de antemão ou "cole" o número de seu candida-

to. Aproxima-se, então, mais da intenção de voto espontânea do que da estimulada.

O complicador do voto simultâneo para cinco cargos - para piorar, hierarquicamente desordenados - explicaria os erros "contra" os/as candidatos/as do PT: possuindo um perfil de eleitorado que quando não cresce acentuadamente com o aumento da escolaridade (como o da Marta, do Zeca e outros), ao menos não cai entre os mais escolarizados (como o de Lula), a dificuldade em fazer da intenção de voto uma realidade teria prejudicado os mais opositores do PT (em geral populistas e, assim, com perfil de voto mais acentuadamente popular) que os seus candidatos, fazendo com que, no cálculo final dos votos válidos, os petistas ficassem com taxas superiores às estimadas pelas pesquisas de boca-de-urna, ou seus adversários com taxas inferiores.

No caso da disputa nacional houve ainda o fator abstenção, desconsiderado nas análises, embora o histórico de 94 permitisse prever que, melhor votado no Norte e Centro-Oeste e nos municípios pequenos, onde a abstenção fora maior, Fernando Henrique perderia mais votos por conta dos ausentes do

que Lula, diminuindo a diferença entre ambos (estudo do Núcleo de Opinião Pública a esse respeito apontou diminuição da diferença entre ambos entre 1 e 2 pontos percentuais).

Confirmada a hipótese da dificuldade do voto eletrônico, o que se poderá afirmar, portanto, é que os institutos a subestimaram - cabendo-lhes a responsabilidade de não terem investido suficientemente nem na simulação prévia e na análise desse fenômeno, tendo em vista a adequação das técnicas de coleta, nem na análise da abstenção, para a ponderação dos resultados obtidos.

O preço dessa economia foi a perda relativa de credibilidade dos institutos que fizeram pesquisas para divulgar e, por associação, das pesquisas eleitorais em geral (o que pode ter um lado positivo, se disso decorrer que, em eleições futuras, a mídia lhes atribua o destaque apenas relativo que merecem, dedicando-se mais à cobertura propriamente jornalística - investigativa - da política).

Ocorre que há um outro problema, não mais de ordem metodológica, mas política: se as

técnicas de coleta utilizadas estavam inadequadas para medir o que pretendiam, infere-se que também eram inadequadas para a coleta das intenções de voto ao longo das campanhas, posto que a pretensão, o objetivo declarado (e limite) das prévias eleitorais é exatamente o de mensurar as posições de cada candidato, como se o pleito real ocorresse no momento em que são realizadas.

A realidade das urnas teria demonstrado que Lula e Marta, por exemplo, estavam então mais próximos de passar para o segundo turno do que supunham as pesquisas - fato que, tivesse ficado demonstrado com anterioridade, poderia ter mudado o rumo das campanhas no que concerne ao ânimo das militâncias e à possibilidade de angariar recursos e, assim, talvez os resultados do 1º turno.

Mas com isso já nos remetemos ao segundo e mais grave ponto do problema em questão: o uso dos resultados das prévias pelos meios de comunicação.

Os números prejudicaram o PT. Erro ou manipulação?

De fato, atendendo aos exemplos mais extremos, há três meses das eleições, analistas e cientistas políticos, supostamente respaldados por dados de pesquisas eleitorais, com pequenas ressalvas, sustentavam que não haveria 2º turno na disputa presidencial, convicção que era reafirmada a cada divulgação de novos levantamentos, como se as pesquisas não medissem o momento de sua coleta, e sim pudessem projetar o futuro.

E em São Paulo, a poucas horas do início da votação, a Globo abriria o Jornal Nacional da véspera (sábado, 3), divulgando dados do Ibope que deixavam Marta fora da disputa por uma vaga para o 2º turno.

É certo que, no caso de Marta, a ínfima diferença de 0,44% dos votos que a separaram de Covas permite que se faça uma lista de SES que, tivessem ocorrido em combinação ou isoladamente, Maluf teria disputado o 2º turno contra ela e não contra Covas.

Por exemplo, se sua candidatura tivesse sido lançada antes, permitindo-lhe mais tempo para vencer o desconhecimento que enfrentou mesmo depois de iniciado o horário eleitoral; se a campanha tivesse obtido mais recursos, podendo aumentar seu volume de rua e visibilidade, ou ainda contar com mais pesquisas próprias, para melhor subsi-

diar a estratégia da comunicação (fez apenas uma quantitativa no mês de junho, após isso só qualitativas; se a militância tivesse reagido às aparentemente baixas taxas de intenção de voto, em vez de ter se conformado a elas, se etc.

Enfim, tudo isso é tão certo quanto é lícito que se afirme que inclui-se entre os fatores que mudaram o rumo da campanha a divulgação distorcida da pesquisa do Ibope, sendo inúmeros os depoimentos de eleitores que supuseram votar "útil" em Covas para evitar um retorno entre Maluf e Rossi.

Diante do exposto, de um lado a credibilidade e utilidade futuras das pesquisas eleitorais, de outro a lisura dos pleitos, dependem de medidas em duas direções: de parte dos institutos, a investigação aprofundada das razões dos erros cometidos e adoção de técnicas mais adequadas para aferições mais precisas; de parte do Congresso Nacional, a alteração da legislação que regulamenta a divulgação das prévias eleitorais - discussão que considero conter três pontos básicos:

1) que toda divulgação seja acompanhada:

a) de uma advertência sobre a imprecisão dos números em função da margem de erro e do intervalo de confiança de cada levantamento - análoga ao "fumar faz mal à saúde";

b) substituindo-se o até hoje usado se a eleição fosse hoje por um rigoroso se tivesse sido na data tal (afinal, longe de um prognóstico para o dia seguinte, o resultado do Ibope refletia - e mal - dados obtidos em quatro dias anteriores);

2) para garantia de maior transparência e verificabilidade dos levantamentos, que simultaneamente à entrega dos resultados dos institutos para os meios de comunicação que os encomendam, os partidos envolvidos recebam cópia integral dos respectivos bancos de dados;

3) que se discuta algum mecanismo de defesa das candidaturas, que permita impedir distorções de última hora, incorrigíveis como a praticada pela Globo e pelo Ibope na eleição de São Paulo deste ano - quicá a suspensão da divulgação de prévias, acompanhando a suspensão da campanha como um todo (hoje 48 horas antes da votação), ou mesmo por 24 horas, garantindo-se ainda aos partidos uma espécie de "direito de resposta" diante de pesquisas em que se constatem irregularidades ou cuja divulgação sofra distorções de interpretação.

Gustavo Venturi
Coordenador do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo

NOTAS

PT apóia julgamento de Augusto Pinochet

Em reunião realizada no último dia 28 de novembro, o Diretório Nacional do PT aprovou resolução referente ao julgamento do ex-ditador chileno Augusto Pinochet.

"O Partido dos Trabalhadores, pela sua direção nacional, rejubila-se com o fato de que, contrariando longa tradição de apoio a ditadores e torturadores, os Estados inglês e espanhol tenham tomado a decisão de processar o ditador Augusto Pinochet, genocida, terrorista de Estado e responsável pelo esmagamento das liberdades públicas no Chile.

Manifesta, ainda, sua solidariedade ao juiz Garzon que, com seus procedimentos junto à Justiça espanhola,

contribuiu para que aqueles movimentos tivessem desdobramentos concretos.

Pinochet é também responsável pelo assassinato de militantes brasileiros que estavam exilados no Chile durante o governo democrático de Salvador Allende.

Seu processamento e extradição podem contribuir para uma jurisprudência internacional de caráter humanista e democrático, abrindo um precedente para que instruem seus representantes a que apoiem a criação de uma verdadeira Justiça Penal Internacional, antiga aspiração dos defensores dos direitos humanos em todo o mundo."

Juventude socialista reúne-se no México

Márcio Jardim, vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), participou, a convite da IUSY (União Internacional de Juventude Socialistas), da reunião do conselho mundial da entidade, no México. O evento aconteceu de 18 a 21 de novembro e o tema foi a "solidariedade internacional - nossa resposta à

globalização". "Durante o conselho foram feitas duras críticas à sugestão de 'terceira via', proposta por Tony Blair. E vieram justamente dos estudantes europeus, que identificam uma inflexão liberal, ou seja, acabam tendo uma posição mais próxima à do Foro de São Paulo", disse Márcio Jardim.

Secretaria Agrária realiza seminário

A Secretaria Agrária Nacional do PT realiza seminário nos dias 8 e 9 de dezembro, em Brasília. A secretaria solicita que os Estados confirmem participação no evento para que possa ser organizada a infra-estrutura necessária. Vários deputados estaduais, federais, senadores, secretários de agricultura e secretários agrários do Par-

tido já confirmaram presença. Informações pelos telefones (011) 233-1372/1371. A pauta do evento será o debate sobre conjuntura e o impacto das eleições no mundo para que possa ser organizada e articulação das ações de governo, parlamentares, Partido e movimentos sociais; e encaminhamentos e calendários de luta.

Ciclo de debates do DM de São Paulo

O Diretório Municipal do PT/SP está realizando ciclo de debates sobre as relações institucionais e o PT. A 1ª mesa discutiu a Organização Partidária no dia 24 de novembro. No dia 1º de dezembro o tema foi O PT e a Parceria com os Movimentos Sociais, no auditório

da sede nacional. A 3ª mesa será no dia 5/12, discutindo a Relação dos Vereadores com o Diretório Municipal. O debate será na Estrela, 81. A última mesa será no dia 7/12, tendo como tema Um Projeto Político para São Paulo, no auditório do DN.

Formado o "Comitê 500 Anos"

No dia 19 de novembro foi lançado, na sede nacional do PT, o "Comitê 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular". Na coletiva à imprensa foi explicado o motivo de sua formação e quais seus objetivos de atuação. O co-

mitê deverá desenvolver trabalho paralelo à comemoração oficial dos 500 anos do descobrimento do Brasil, levantando discussão quanto à situação dos povos que habitaram o território brasileiro pela primeira vez.

Caravanas gaúchas na posse

O PT do Rio Grande do Sul organizará caravanas vindas de todos os municípios do Estado para a posse de Olívio Dutra, no dia 1º de janeiro de 1999. Além da

solenidade formal, um grande ato público, com festa e comício, com o povo na rua, vai inaugurar uma nova forma de governar o Rio Grande do Sul.

Para se comunicar com o Linha Aberta

O Linha Aberta está com novo endereço eletrônico: la@pt.org.br. Envie suas mensagens, sugestões e/ou reclamações. Ou use o telefone (011)233-1325 e fax (011)233-1349.

PTnotícias

Jornal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Dirceu

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
Vicente Trevas (interino)

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Vera Bueno de Azevedo
MTB 17687

REDAÇÃO
Vera Bueno de Azevedo,
Fernanda Estima e Beth Lima

ADMINISTRAÇÃO
Ricardo Bimbo e
Sonia M. N. Pedroso

DIAGRAMAÇÃO
Jorge Mariano

ILUSTRAÇÕES
Hércules Santos

SEDE
Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP
CEP 01019-000
Tel: (011) 233-1329 Fax: (011) 233-1349
e-mail: ptnot@pt.org.br
Tiragem: 12.000 exemplares
Fotolitos: Donigraph
Impressão: Artgraf

INTERNACIONAL

A crise e os países latino-americanos

Entre os dias 29 de outubro e 1º de novembro realizou-se, na Cidade do México, o VIII Encontro dos Partidos Latino-Americanos e Caribenhos do Foro de São Paulo. O tema tratado foi "Os rumos da esquerda frente ao novo milênio".

A delegação petista que participou do encontro foi composta por Marco Aurélio Garcia, secretário de Relações Internacionais; Ana Stuart, assessora da secretaria; e pelos deputados federais Joana D'Arc Guimarães (MG) e Arlindo Chinaglia (SP), que também é secretário geral do PT.

Ao final do encontro foi elaborado um manifesto, cuja íntegra publicamos a seguir.

Importantes acontecimentos têm ocorrido no cenário internacional e regional desde que, há pouco mais de um ano, o Foro de São Paulo realizou seu VII Encontro, em Porto Alegre. Uma grave crise financeira afeta o Japão, os chamados Tigres Asiáticos (que se apresentavam como modelos a copiar), agrava as tendências desintegradoras na Rússia (uma das maiores potências nucleares) e ameaça devastar a economia e agudizar a explosiva situação social em todo o planeta.

As guerras nacionalistas, étnicas e religiosas proliferam-se na Europa, Ásia e África. A fome, a sede e as doenças atingem extensas regiões marginalizadas. Se agiganta a distância entre países ricos e pobres, e entre as elites e os seres humanos que não têm direito ao presente nem ao futuro.

Na América Latina e no Caribe é cada vez mais evidente que o crescimento do desemprego e a precarização do trabalho constituem problemas estruturais sem solução dentro do modelo neoliberal,

agravando-se assim a pobreza e a violência social em nosso continente.

Paralelamente, as conseqüências sócio-econômicas do neoliberalismo agudizam as outras formas de opressão e discriminação.

O neoliberalismo, em síntese, ameaça a democracia, distorce as identidades culturais, aprofunda os problemas ambientais, potencializa a feminização da pobreza e põe em risco a dignidade dos seres humanos.

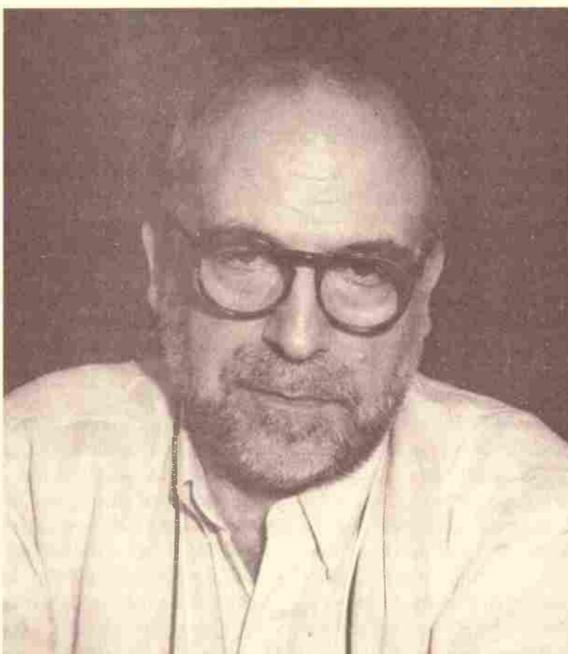
A crise econômica e financeira afeta diretamente o Brasil e ameaça estender-se a todo o continente, incluindo os Estados Unidos. Nesse contexto, o projeto de criação de uma Área de Livre Comércio das Américas, que os Estados Unidos pretendem impor aos governos da região, aprofundaria a subordinação de nossas nações e reduziria os espaços de soberania e independência de nossos povos.

Os efeitos das políticas de abertura unilateral e assimétrica já não só aumentam a exploração, a pobreza e a miséria das maiorias a níveis sem precedentes, como também têm impacto nas camadas médias e levam à falência os setores econômicos nacionais que não se inseriram na rotação do capital transnacional.

É por isso que os governos e partidos que, durante os últimos vinte anos, aplicaram diligentemente o modelo neoliberal, mudam o discurso e pretendem apresentar-se como os mais capacitados para neutralizar e minorar as conseqüências de uma crise da qual são co-responsáveis, agravando-a com suas administrações corruptas.

Nesse breve tempo de apenas uns meses, estende-se a consciência de que a globalização neoliberal está muito longe de ser um processo inexorável e ganha terreno a compreensão de que a alternativa da esquerda é a única possível.

Os povos respondem à doutrina



Marco Aurélio Garcia secretário de Relações Internacionais do PT

neoliberal com o incremento das lutas políticas e sociais. Os partidos e movimentos do Foro de São Paulo avançam na acumulação política e social. O sindicalismo, uma das principais vítimas do neoliberalismo, recupera terreno e se orienta para a construção de plataformas de lutas nacionais e regionais.

Ao mesmo tempo, incrementa-se a ação dos movimentos sociais que defendem as reivindicações das mulheres e dos sem terra, sem teto e sem saúde. As lutas contra a impunidade e pela plena vigência dos Direitos Humanos, que constituem um elemento fundamental de nossa ação política, têm cobrado maior impulso com o julgamento e a prisão do ditador Pinochet, visto que consideramos isso altamente positivo e que

esperamos que sirva de precedente para fazer justiça com os assassinos e torturadores de tantos filhos e filhas de nossos povos.

Frente ao esquema neoliberal de soberania restringida, que usurpa os direitos políticos da cidadania e o substitui por decisões impostas pelo Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e outras instituições supranacionais hegemônicas pelos Estados Unidos, se ampliam, aprofundam e fortalecem os espaços institucionais ocupados pela esquerda nas legislaturas nacionais, governos estaduais e municipais, ao mesmo tempo em que amadurecem as condições para o triunfo eleitoral que possa conduzi-las ao governo em vários países da região.

A experiência acumulada nas

gestões legislativas e governamentais por parte das forças de esquerda lhes permite desenvolver suas próprias propostas programáticas e aproveitar os espaços democráticos conquistados em suas lutas para impulsionar políticas de bem estar popular.

É de particular importância a consolidação e aprofundamento dos processos de transição democrática em El Salvador e na Guatemala, produto do êxito de negociações políticas que puseram fim aos conflitos armados internos nesses países.

Nos cenários das lutas populares extra-institucionais registra-se também um significativo processo de acumulação e construção de espaços alternativos e de impugnação das políticas neoliberais.

A abertura de um processo de diálogo entre o governo da Colômbia e os insatisfeitos desse país é uma mostra de acumulação política da esquerda, que abre as possibilidades de uma solução do conflito social e armado, baseada na erradicação das causas que lhe deram origem.

Na direção oposta, é preocupante o recrudescimento da violência em Chiapas e os obstáculos que têm provocado o estancamento do processo de negociação.

Os acontecimentos dos últimos anos confirmam a certeza dos pronunciamentos realizados pelos encontros anteriores do Foro de São Paulo sobre as perversas conseqüências do modelo neoliberal e reforçam nossa indeclinável vocação de trabalhar por uma genuína integração regional e o sentimento de solidariedade.

Nesse sentido, têm uma especial importância as lutas pela independência dos territórios coloniais que ainda subsistem em nossa América e a solidariedade com a Revolução Cubana, que enfrenta a hostilidade e o bloqueio do governo dos Estados Unidos.

Por conseguinte, hoje, 1º de novem-

bro de 1998, reunidos na Cidade do México, a maior do continente, governada por um partido membro do Foro de São Paulo, o Partido da Revolução Democrática, as mulheres e homens participantes deste VIII Encontro, como conclusão de nossos debates:

1. Afirmamos que o curso da globalização neoliberal não é inexorável; detê-lo e derrotá-lo está em nossas mãos, promovendo a solidariedade e globalizando as ações de nossos povos da América Latina e do Caribe, para a concretização de uma via própria e alternativa de desenvolvimento econômico com justiça social.

2. Propomos construir, respeitando nosso compromisso de unidade na diversidade, um projeto que resgate e socialize os espaços produtivos, assegure a indústria, a agricultura e a produtividade nacional, aprofunde e amplie socialmente a democracia, reformule o Estado, garanta os direitos humanos, respeite o meio ambiente, integre a igualdade e equidade de gênero, o reconhecimento da identidade e direitos dos povos indígenas, elevando a qualidade de vida de nossa gente e promova uma verdadeira integração de nossos povos.

3. Ratificamos nossa decisão de seguir promovendo novas formas de governo e de gestão política, social e econômica, exercendo o poder de forma democrática, cristalina e a serviço dos povos, com a participação permanente da sociedade.

4. Manifestamos que marcharemos ombro a ombro com as mulheres e os homens deste continente dispostos a lutar contra a globalização neoliberal e seus efeitos e pela construção do projeto alternativo que torne realidade o sonho de nossos próceres de uma América livre, onde "os mais infelizes sejam os mais privilegiados".

Do Oiapoque ao Chuí



Governos estaduais de oposição começam a formar seus quadros com partidos que os apoiaram

Passada a fase de comemoração, os governadores eleitos de oposição, Olívio Dutra (RS), Zeca do PT (MS), Jorge Viana (AC), João Capiberibe (AP), Anthony Garotinho (RJ) e Ronaldo Lessa (AL) iniciam a formação de seus futuros governos.

Mato Grosso do Sul já encerrou as discussões sobre o tema e já tem todo o primeiro escalão formado.

O Movimento Muda MS desmembrou algumas das antigas secretarias. Agora serão 13 secretários de governo, que incluem nomes como Paulo Bernardo, na secretaria de Finanças, e do vice de Zeca do PT,

Moacir Kohl, na secretaria de Produção e Desenvolvimento Sustentável.

Além dos 13, Zeca contará com uma assessoria especial, para a qual foi escolhido Valteci Ribeiro de Castro Júnior. O recordista Zequinha Barbosa assumirá a secretária extraordinária de Esportes; Saulo Monteiro de Souza, a coordenadoria de Projetos Especiais do Governo; Gilda Maria Gomes dos Santos, a coordenadoria especial para as Políticas da Mulher; e Valdete de Barros Martins, a Fundação de Promoção Social.

Rio Grande do Sul

A comissão de transição do

PT do Rio Grande do Sul definiu os critérios para a composição de governo.

"Todo nome indicado para compor a equipe de governo deverá atender ao critério da qualificação técnica/política para o exercício da função. O que significa a combinação de acúmulo teórico e prático na área com engajamento político na implementação do projeto, bem como identidade política com o conjunto do programa de governo", diz a resolução.

Reunido na noite do dia 1º de dezembro, o PT gaúcho definiu o secretariado de Olívio. Os petistas ficam com 13 das 18 secretarias do governo estadual,

o PDT com três e o PSB ficará com duas.

Dos 13 nomes petistas, oito fazem parte da atual administração da prefeitura de Porto Alegre. Entre estes estão José Luiz Moraes, que deixa a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio para assumir a pasta do Desenvolvimento; Arno Augustin, das Finanças, que vai para a Fazenda e Cláudio Langone, da do Ambiente Natural para a secretaria do Meio Ambiente (a ser criada).

O PDT ganhou as Secretarias de Obras Públicas, além das pastas de Minas e Energia e de Turismo.

Alagoas e Amapá

Em Alagoas, o governo estadual tem 17 cargos no primeiro escalão, além de diretorias. Ronaldo Lessa já indicou o petista Mario Agra para a Secretaria Estadual de Agricultura - que tem mais seis órgãos vinculados, ainda em negociação - e o presidente do PT alagoano, Joaquim Brito, para a Secretaria de Ação Social.

Lessa foi reeleito com uma coligação que inclui PT, PSB, PDT, PCdoB, PPS, PV, PRP, PMN, PST, Prona e PTdoB. Mas, até agora, as onze indicações serão representadas por PT, PSB e personalidades sem ligação com partidos políticos, como, por exemplo, o artista plástico Beto Leão para a Secretaria de Cultura.

A vice-governadora eleita do Amapá, Dalva Figueiredo (PT), informou que a formação do se-

gundo governo de Capiberibe ainda está em discussão. Hoje, o Partido tem seis secretários de governo.

Dalva diz que algumas modificações devem ocorrer, como a substituição do petista Antonio Sérgio Filocreão, atualmente no Instituto de Pesquisa, para a Secretaria de Meio Ambiente.

"Este é um momento em que perdemos alguns espaços e conquistamos outros", conta a vice do Amapá, que espera a nova formação do secretariado até o final de dezembro.

Acre

O futuro governo de Jorge Viana também não definiu seu secretariado. O primeiro passo dado pelos acreanos foi a constituição do Conselho Político, com representação de todos os partidos da Frente Popular, que tem por função principal discutir as questões macro do Estado.

O passo seguinte foi a formação dos sete grupos temáticos de trabalho, que na realidade funcionam como equipe de transição e farão a indicação dos nomes. Os coordenadores de cada área têm feito a ligação com o atual governo e apresentaram no dia 22 de dezembro ao governador eleito o diagnóstico das secretarias.

Socorro Lima, presidente do PT estadual, acredita que pode haver extinção de secretarias e criação de outras. "O secretariado será oficializado no dia 27 de dezembro. Daí até o final do mês, Jorge se reúne com os indicados e apresenta a proposta dos primeiros dias de governo",

informou Socorro.

Rio de Janeiro

O PT fluminense realizou seminário, no dia 21 de novembro, para definir as contribuições do PT ao governo do pedetista Anthony Garotinho. Um dos objetivos do evento foi tratar a ação governamental mais diretamente. Nesse sentido, as discussões em grupo, feitas pelos mais de 200 participantes, serão sistematizadas pelo Diretório Regional, que entregará o resultado ao governador eleito.

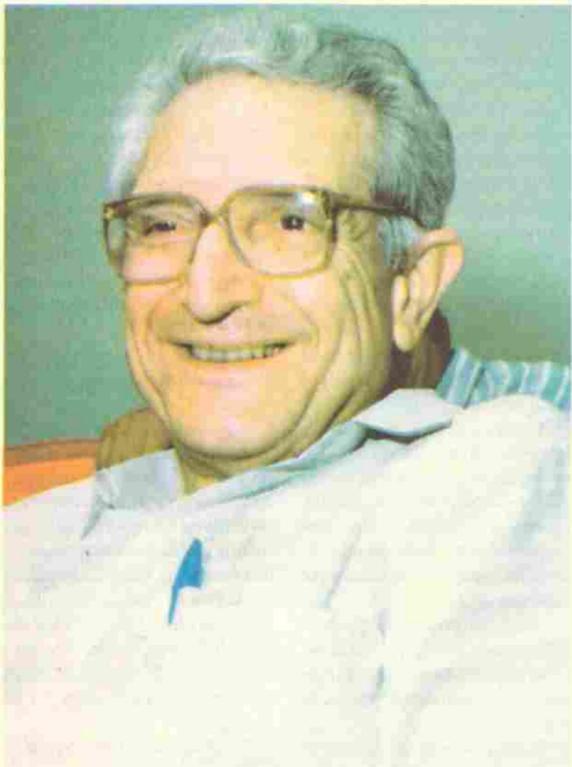
O deputado federal petista eleito e possível integrante do governo estadual, Jorge Bittar, acredita que a formação total do governo deve ser aprovada agora no começo de dezembro. "É certo que o PT terá uma presença importante, por exemplo, na área social, de transportes, meio ambiente, planejamento e assuntos fundiários", diz Bittar.

"O Garotinho volta da Europa na primeira semana de dezembro e muitas discussões ainda estão ocorrendo, além da formação de secretarias e coordenadorias, para que ocorra uma integração entre as diversas áreas", afirma.

O que já está mais do que certo é que a senadora Benedita da Silva, vice de Garotinho, assumirá a coordenadoria da área social. Outra informação confirmada por Jorge é que Garotinho deverá implantar programas como o do Orçamento Participativo, Banco do Povo, Bolsa Escola e outras experiências de sucesso do PT.

TERRA

Entidades querem impedir o fim da reforma agrária



Para Plínio de Arruda Sampaio, governo quer privatizar reforma agrária

As entidades que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária (MST, Comissão Pastoral da Terra, Contag e Cimi, entre outras) pretendem realizar um amplo movimento nacional contra a implantação do Banco da Terra pelo governo federal.

Segundo os integrantes do Fórum, essa instituição financeira, aliada aos cortes no orçamento efetuados pelo governo, acaba de vez com a responsabilidade do Estado na implantação da reforma agrária no Brasil.

Pelos planos do governo, o Banco da Terra ficaria responsável por empréstimos àqueles que pretendem obter um pedaço de terra. Com isso, acabam as desapropriações. É uma forma de "privatização" da reforma agrária.

O programa estabelece uma linha de crédito fundiário, gerida pelo BNDES, que utilizará recursos do Banco Mundial e do governo brasileiro. Ele está sendo executado como projeto-

piloto, com a denominação de Cédula da Terra, no Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e norte de Minas.

Desapropriações

Segundo Plínio de Arruda Sampaio, secretário agrário do PT, se o governo quisesse de fato fazer a reforma agrária, utilizando a lei em vigor (ou seja, desapropriando apenas as grandes propriedades, acima de mil hectares), poderia contar com um estoque de mais de cem milhões de hectares, suficiente para assentar mais de 8 milhões de famílias. Existe hoje, no Brasil, um contingente de 4,9 milhões de famílias que precisam de terra.

A Secretaria Agrária está orientando os vereadores, deputados e senadores a se manifestarem contra o Banco da Terra. As secretarias agrárias estaduais do PT é sugerido que tomem a iniciativa de organizar, junto com os movimentos sociais, atos contra o Programa Cédula da Terra.

ESTUDANTES

Fotos: Roberto Parizotti



Cara pintada: marca de protesto da juventude estudantil

Ubes comemora 50 anos de luta

A União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes) comemora, no dia 3 de dezembro, no Rio de Janeiro, os 50 anos de entidade.

Criada no dia 25 de julho de 1948, no Colégio Pedro II, também no Rio, é uma organização que atravessou décadas empunhando bandeiras de liberdade de expressão, melhoria no ensino e adequada formação profissional.

Nascida durante o Estado Novo, enfrentou a ditadura getulista, o golpe militar de 1964, foi levada à clandestinidade, quando muitos jovens tombaram lutando por democracia e ensino público de qualidade para todos os brasileiros.

Em 1981, durante o Congresso da Reconstrução, a Ubes volta à ativa. A história do Brasil e da entidade começava a mudar. Era momento de se voltar a falar de democratização do ensino público, eleições diretas para

diretor, passe livre para os estudantes de todo o país e valorização do ensino médio.

Na década de 90, além das campanhas propriamente estudantis, a Ubes levou milhares de estudantes 'caras-pintadas' para as ruas, engrossando a campanha pelo impeachment de Collor.

O tempo passou, a democracia veio, novas batalhas entraram na pauta dos secundaristas. No entanto, a qualidade no ensino ainda está longe de ser alcançada, os investimentos em educação continuam insuficientes.

Mas a Ubes continua viva e na luta. Até porque, em tempos tucanos, além das brigas por mais verbas para a educação, há a reforma inconsequente do governo federal para o segundo grau, o provão do ensino médio, a luta pela valorização do professor, crise econômica, escolas particulares querendo processar pais endividados...

Contra os cortes no Orçamento

Reunidas em Brasília no dia 10, as entidades do Fórum Nacional pela Reforma Agrária elaboraram um documento relativo aos cortes orçamentários promovidos pelo governo, publicado a seguir:

As entidades integrantes do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, após uma análise preliminar dos cortes orçamentários promovidos pelo governo FHC, vêm a público alertar a sociedade brasileira para os seguintes pontos:

1. O governo FHC vem submetendo a sociedade brasileira, a vida do nosso povo sofrido, às regras e metas estabelecidas pelos países ricos, por meio das imposições do FMI e dos banqueiros internacionais. FHC rifou a

soberania nacional, as políticas sociais, a busca da melhoria das condições de vida da nossa população, em troca das regras impostas pelo capital financeiro internacional, sacramentando a total dependência externa do modelo econômico neoliberal;

2. Essa política representa o aumento da concentração de renda e da riqueza no país e o consequente aumento da miséria no campo e na cidade. Os recentes cortes promovidos na proposta orçamentária enviada ao Congresso Nacional são a prova cabal desta política do governo FHC;

3. Os cortes promovidos na reforma agrária significam a inviabilização, de vez, da reforma agrária no Brasil. O ajuste em relação à primeira proposta enviada ao Congresso Nacional repre-

senta um corte de 47,1% nos recursos alocados (uma das áreas mais atingidas), o que implica redução da meta de assentamento de 100 mil para 53 mil famílias em 1999. Além do mais, sabe-se que a Lei Orçamentária não passa de uma autorização de gasto, o que não significa que esses recursos serão, efetivamente, aplicados. Para 1998, do total autorizado, o INCRA só gastou, até 30 de outubro, 24% dos recursos;

4. A sociedade brasileira vem exigindo, ao contrário dos cortes orçamentários promovidos, o incremento dos recursos para a reforma agrária e o aumento das famílias efetivamente assentadas;

5. Essas medidas implicarão, necessariamente, aumento dos conflitos no campo, aumento da pobreza dos agricultores familia-

res e precarização, ainda maior, do trabalho no campo;

6. O Brasil não precisa de um presidente que não passa de um gândula dos banqueiros internacionais e tira o dinheiro dos pobres para aumentar os lucros dos banqueiros. Exigimos um governo que resgate a soberania nacional e construa um novo modelo de desenvolvimento.

7. O nosso povo passa fome, quer terra para produzir, escola para estudar, casa para morar, saúde, salário e emprego para viver com dignidade. As entidades do Fórum, desde já, convocam a sociedade brasileira para se somar às inúmeras mobilizações que ocorrerão no país para o resgate das dívidas sociais e a implantação de um novo modelo para o Brasil.

DN aprova balanço e calendário para 99

Reunido no dia 28 de novembro, o Diretório Nacional do PT aprovou balanço sobre o processo eleitoral e conjuntura nacional.

"Do ponto de vista estritamente eleitoral, Lula aumentou sua votação em relação aos primeiros turnos de 1989 e 94, as oposições cresceram no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas. O PT terá 59 deputados federais e 7 senadores e o bloco oposicionista aumentou no Congresso. Mais importante foram as eleições de 6 governadores pelas esquerdas, três dos quais do PT (RS, MS e AC)", diz o texto.

Em outro trecho, o documen-

to assinala que "a União do Povo trouxe a crise nacional e internacional para o centro do debate (o governo tentou escondê-la ou mostrá-la como fenômeno "exterior") e foi capaz de apresentar alternativas à política neoliberal de FHC".

O documento faz avaliação da conjuntura, dizendo que "o PT e as esquerdas devem intensificar a crítica política e ideológica do atual governo. Politicamente, trata-se de enfatizar a falta de legitimidade do governo para dar respostas à grave crise social que cada dia mais se agrava. Com isso mostra-se a necessidade de uma

resposta popular".

A Executiva Nacional ainda discutirá emendas ao texto final.

As discussões sobre a participação do PT mineiro no governo Itamar foram encerradas com a aprovação de resolução que orienta o Partido em Minas Gerais "no sentido de apresentar ao novo governador a sua visão a respeito do significado de um governo comprometido com princípios antagônicos ao projeto neoliberal".

O documento apresenta pressupostos e a partir da concordância política e procedimentos concretos dos mesmos é que o PT

mineiro tomará a decisão final.

O DN aprovou três outras resoluções: sobre a privatização do Banespa, o julgamento de Pinochet e a situação dos presos pelo seqüestro de Abílio Diniz.

A companheira Clara Ant solicitou seu afastamento da CEN. O DN aprovou sua substituição por Lene Teixeira, de Ipatinga (MG), na Comissão Executiva.

A reunião aprovou o calendário para 1999. O II Congresso do PT ficou marcado para acontecer de 11 a 15 de novembro e também já ficou acertado o período para realização de debates preparatórios.

Conselho Político agora é permanente

Lançado oficialmente no dia 16 de setembro, ainda durante a campanha eleitoral, o Conselho Político da União do Povo-Muda Brasil será agora estrutura permanente.

Essa decisão foi tomada pelas direções partidárias durante reunião realizada no dia 17 de novembro.

O objetivo é abrir uma relação nova entre os partidos e a sociedade civil, e também apropriar-

se da colaboração intelectual e política de cada um dos integrantes do Conselho para incorporá-las à linguagem e à prática da oposição.

O Conselho Político conta com militantes de todos os partidos políticos que compuseram a coligação ou que estiveram ao lado de Lula e Brizola nas últimas eleições, além de dezenas de personalidades sem partido.

Tarso Genro e Hélio Cordeiro,

respectivamente coordenador e vice-coordenador do Conselho Político, convocaram a primeira reunião pós-eleição para o dia 4 de dezembro, às 10 horas, no auditório do PT nacional.

Estiveram presentes o bispo D. Mauro Morelli; o geólogo Aziz Ab'Saber; os economistas Luciano Coutinho, Maria da Conceição Tavares, Jorge Mattoso e Theotônio dos Santos; o ex-secretário da Receita Fede-

ral, Oziris Lopes Filho; os empresários Oded Grajew e Lawrence Pih; o físico Luis Pinguelli Rosa; o presidente nacional da CUT, Vicente Paulo da Silva; o coordenador do MST, João Pedro Stédile; o deputado federal Paes de Andrade; o senador Roberto Requião; o deputado federal eleito e ex-ministro da Previdência, Waldir Pires; os cientistas políticos Emir Sader e Hélgio Trindade, entre outros.

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1 x R\$ 50,00 2 x R\$ 25,00

Cobrança bancária
 Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
 Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores
 Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda
 São Paulo-SP - C/C nº 123456-0
 (envie xerox do comprovante)

Nome _____
 Endereço _____
 Profissão _____ Tel _____
 CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Sexo: Masculino Feminino
 Filiado ao PT: Sim Não